INFORMATIVO
abril/maio de 2018
www.fpquimica.org.br fpquimica@fpquimica.org.br
FRENTE PARLAMENTAR DA QUÍMICA

A IMPORTÂNCIA DO GÁS NATURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL É TEMA DE ENCONTRO DA FPQUÍMICA

Fotos: Aurélio Pereira/ Manada 7 Comunicação

Da esq. para dir. Deputado Julio Lopes; o vice-presidente e o presidente da FPQuímica, deputados Afonso Motta e João Paulo Papa; e o coordenador de gás da Frente, deputado Davidson Magalhães.

A Frente Parlamentar da Química realizou um café da manhã com objetivo de debater a necessidade de uma política de uso do gás natural para promover o desenvolvimento da indústria nacional. O encontro aconteceu no dia 11 de abril, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Com a participação de parlamentares, representantes do Poder Executivo e do setor químico, foi realizado um debate acerca do tema: ***"Por que o Brasil precisa de Gás para Crescer?"***.

O presidente da FPQuímica, deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), abriu a reunião informando a grande conquista que os membros da Frente alcançaram no dia anterior (dia 10), uma vez que o relatório apresentado pelo senador Fernando Bezerra (PMDB/PE) para a MP 811/2017, que trata da política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos da União no pré-sal, incluiu os pleitos da FPQuímica (apresentados por meio de emendas feitas por oito parlamentares da Frente). O deputado destacou a importância do apoio destes parlamentares para garantir que o relatório fosse aprovado da forma como apresentado pelo Senador, garantindo que a riqueza do pré-sal pertencente à União seja utilizada para industrialização no Brasil, atraindo investimento, gerando empregos e renda para o País.

O coordenador do tema gás da Frente, deputado Davidson Magalhães (PCdoB/BA), destacou a importância do trabalho conjunto para garantir o avanço na discussão do gás como matéria-prima para a indústria química. O parlamentar chamou atenção para o atual desmonte da indústria brasileira. "A FPQuímica tem um papel fundamental para o

Participantes do café da manhã da FPQuímica

Fotos: Aurélio Pereira/ Manada 7 Comunicação

Da esq. para dir., deputados Julio Lopes, João Paulo Papa, Daniel Almeida, Lobbe Neto e o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo.

Da esq. para dir. deputados Afonso Motta, vice-presidente da FPQuímica; João Paulo Papa, presidente da FPQuímica; e Davidson Magalhães, coordenador de gás.

Da esq. para dir., deputados Afonso Motta, João Paulo Papa e Davidson Magalhães.

Aldo Barroso Cores Junior, coordenador-geral de Processamento de Infraestrutura e Logística do MME.

avanço da política industrial do País", defende.

De acordo com o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, é fundamental que os parlamentares compreendam a importância do gás. "As propostas da Abiquim não são para amanhã, são para o futuro do Brasil", diz ele enfatizando os benefícios e a importância estratégica de longo prazo para a formulação e implementação de uma política do gás voltada ao desenvolvimento da indústria.

Em seguida, o consultor Bráulio Pikman, da ERM, e Roberta Jardim, advogada do escritório Édis Milare, realizaram uma apresentação sobre a importância da qualidade do gás comercializado no País, especialmente com relação à especificação do gás natural. Segundo Roberta Jardim, a implementação de uma política para o gás natural não pode ignorar as discussões jurídico-ambientais e destacou os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

O coordenador-geral de Processamento de Infraestrutura e Logística do Ministério de Minas e Energia (MME), Aldo Barroso Cores Junior, fez uma apresentação sobre o Programa Gás para Crescer que trata, segundo ele, de uma reforma estruturante para garantir a competitividade da indústria e, com isso, a redução de preços. "Independentemente da localização física na rede, o Programa cria uma referência de preços e isso deve reduzir a diferença no Estado onde a indústria está localizada".

Na sequência, o deputado Ricardo Tripoli (PSDB/SP), coordenador do tema meio ambiente da FPQuímica, discorreu sobre mudanças climáticas e o papel da indústria no tocante à redução das emissões. "Ao mudar especificações do gás para atender demandas é preciso avançar - e não retroagir - nas questões ambientais", afirmou o parlamentar.

Além das autoridades já citadas, participaram do encontro os deputados federais Afonso Mota (PDT/RS), vice-presidente da Frente na Câmara; Alex Manente (PPS/SP), coordenador do tema plástico e borracha da Frente; Arnaldo Jardim (PPS/SP); Daniel Almeida (PCdoB/BA); Givaldo Vieira (PCdoB/ES); Julio Lopes (PP/RJ); Lobbe Neto (PSDB/SP); Miguel Haddad (PSDB/SP); além de representantes do Poder Executivo e do setor químico.

MINISTRO DE MINAS E ENERGIA, MOREIRA FRANCO, RECEBE FPQUÍMICA E SETOR QUÍMICO

Deputado Milton Monti, coordenador de Infraestrutura e Logística da FPQuímica e representantes do setor químico, em audiência com o Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco.

O Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, recebeu o deputado Milton Monti (PR/SP), coordenador do tema infraestrutura e logística da FPQuímica e representantes do setor químico em uma audiência no dia 25/4, em Brasília.

Inicialmente, o Deputado Milton Monti fez um relato da atuação, histórico e organização da Frente. Monti contou que a FPQuímica trabalhou em emendas à MPV 811/2017, as quais foram assinadas por parlamentares de diferentes regiões e partidos, todas com o propósito de garantir a industrialização do excedente de óleo e gás de propriedade da União no Brasil, com vistas no fortalecimento da indústria nacional e viabilização de novos investimentos.

O parlamentar informou ainda que a proposta foi acatada pelo relator, Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), mas vem sofrendo oposição de parte do Governo e da Petrobras. Retomando a possibilidade de desenvolvimento de política industrial com o óleo de propriedade da União, o Deputado solicitou que o Ministério apoiasse a proposta.

Em seguida o CEO da Dow, Fabian Gil, apresentou o cenário do setor químico brasileiro. Fabian informou que a retomada gradual da economia vem agravando o déficit da balança comercial do setor químico, com o aumento das importações. Ele apontou o preço da matéria-prima como um dos principais fatores com impacto negativo sobre a competitividade do setor, o qual tem ocasionado, inclusive, o fechamento de fábricas no país.

Marina Mattar, diretora de relações Institucionais e Sustentabilidade da Abiquim e secretária-executiva da FPQuímica, complementou que, desde a aprovação da Lei do Gás, em 2009, a qual previa a regulamentação de política específica para o gás natural como matéria-prima, fato que ainda não ocorreu, uma planta de escala mundial tem sido fechado por ano no Brasil.

Os representantes da entidade defenderam a retomada da redação do artigo 2º da MPV 811, conforme estabelecido pelo Poder Executivo, tendo em vista a importância de que também se discuta a regulamentação da destinação do gás como matéria-prima, e a aprovação do artigo 3º conforme proposto pelo relator, possibilitando a realização de leilões específicos para industrialização no Brasil, caso fosse o entendimento da União e conforme o CNPE.

João Vicente, Secretário de Petróleo e Gás do MME, destacou que se trata de uma decisão política, por tratar do óleo e do gás da União. No entanto, reiterou o princípio defendido pelo Governo de maximização dos recursos.

O Ministro apresentou o entendimento de que o preço atual não provê à indústria nacional condições de competir internacionalmente. Nesse sentido, retomando o cenário futuro de redução da demanda de óleo e gás para fins energéticos, considerou que a maximização dos recursos está relacionada a capacidade de colocação dos produtos no mercado. Informou ainda aos presentes que estudaria o tema e entraria em contato com o relator da MPV 811, com vistas em aprofundar o debate.

Por fim, Moreira solicitou ao setor a apresentação de estudo completo e aprofundado com foco no enfrentamento das questões referentes à competitividade da matéria-prima, gás natural, no Brasil, o qual seria debatido em reunião ampla com a participação do Governo, Congresso Nacional, Abiquim e Petrobras.

Também participaram da audiência a chefe substituta da Assessoria Parlamentar, Edith Carvalho; Gustavo Checcucci, Diretor de Energia da Braskem; e os representantes da Umbelino Lôbo, Antonio Marcos Umbelino Lôbo e Felipe Oppelt.

Audiência com o Ministro Moreira Franco.

MP PODE AMPLIAR OFERTA DE MATÉRIA-PRIMA

Aprovação da 811 disciplina comercialização de parcela do petróleo e gás da União no Pré-Sal

Matéria da jornalista Stella Fontes, publicada no jornal Valor Econômico no dia 18 de abril.

A aprovação da medida provisória (MP) 811, que disciplina a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União no pré-sal, pode representar um importante avanço para a indústria petroquímica brasileira. Uma das emendas recebidas prevê realização de leilões exclusivamente para fins de industrialização no país, o que beneficiaria diretamente o setor e poderia ampliar, e baratear, a oferta de matérias-primas no país.

É grande a expectativa quanto à aprovação da proposta, que será votada nos próximos dias no Congresso Nacional. "O país nunca esteve tão perto de uma política para agregar valor aos recursos naturais", diz o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo.

O setor espera por alguma iniciativa como essa desde 2009, quando a Lei do Gás estabeleceu que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) regulamentaria o uso do gás natural para produção de químicos. A lei, porém, nunca foi regulamentada.

Leia a matéria na íntegra no site do jornal Valor Econômico:

http://www.valor.com.br/empresas/5461931/mp-pode-ampliar-oferta-de-materia-prima

A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL E O APOIO DO GOVERNO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
FORO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO
CERTIFICADORA DE PRODUTOS E SISTEMAS

Nas últimas décadas houve expressivo aumento do comércio internacional de produtos e serviços, o que estimulou o estabelecimento de padrões que possam atender às necessidades globais, enaltecendo a importância das normas técnicas internacionais, em particular da *International Organization for Standardization (ISO)* e *International Electrotechinal Commission (IEC)*. O próprio Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT em inglês), assinado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) consagra as Normas Internacionais como referência para o comércio internacional e encoraja os países a adotá-las em seus regulamentos nacionais, evitando a criação de Barreiras Técnicas.

A ABNT, agente privado de políticas públicas, como única representante da ISO no Brasil, e uma de suas fundadoras, está presente em seu Conselho, onde tem a oportunidade de influenciar nas estratégias internacionais de normalização, com impacto nos mercados, facilitando a realização de acordos comerciais bilaterais como é o caso do Mercosul, União Européia; Canadá e Japão, discussões sobre convergência regulatória, como as que estão ocorrendo com os Estados Unidos e outras discussões, como no âmbito dos BRICS.

Para o Brasil ser competitivo no cenário internacional, é essencial que algumas normas e práticas brasileiras sejam aceitas e incorporadas às normas internacionais e regionais. Estas normas estão, com frequência crescente, sendo integralmente adotadas como normas nacionais pelos países ou estão sendo utilizadas como base para procedimentos de avaliação da conformidade. Desta forma, além de proteger o comércio, defendemos e atendemos também os interesses e necessidades da sociedade em geral, em particular micro e pequenas empresas e consumidores.

Pode-se dizer que a não participação nesses fóruns internacionais impactaria em 70% a exportação do setor de máquinas, que é responsável por 11,5% de toda a exportação de manufaturados. No Brasil, as normas são a base para a inovação e contribuem para aumento da qualidade e da produtividade e, como consequência, permitem que as empresas sejam mais competitivas, facilitando a sua internacionalização e o acesso aos mercados, ou seja, desempenham papel fundamental no auxílio à implementação de políticas públicas.

Portanto, é claro o papel estratégico da normalização em níveis nacional e internacional, sendo fundamental o apoio governamental a essa atividade. É muito importante a criação de uma rubrica específica no orçamento da União para subsidiar a normalização brasileira, principalmente a sua participação em fóruns internacionais de normalização, conforme estabelecido em legislações não revogadas.

NOTA REFERENTE AO ANÚNCIO DA DECISÃO DA PETROBRAS DE HIBERNAR AS FÁBRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS DA BAHIA E SERGIPE

O Sindicato Nacional da Indústria de Matérias Primas para Fertilizantes **(Sinprifert**), que representa os produtores nacionais (exceto Petrobras), vem externar sua preocupação com o anúncio referente a hibernação e consequente interrupção da produção das unidades de amônia e ureia da Petrobras de Camaçari-BA e Laranjeiras-SE, componentes essenciais na fabricação de fertilizantes.

O encerramento da produção destas unidades aumentará o déficit no suprimento nacional destas substancias, incrementando a dependência da importação, afetando diretamente a competividade da produção agrícola do Brasil.

O Sinprifert entende ser necessário um esforço conjunto para elaboração de políticas que viabilizem o fornecimento de gás natural como matéria prima, no sentido de aumentar a atratividade e assegurar a produção de amônia nacional. A viabilidade da produção de amônia nacional favorecerá a manutenção e geração de empregos nessa cadeia produtiva que é determinante para a produção de fertilizantes, alimentos e químicos no Brasil.

O Sinprifert avalia que o fechamento das plantas de amônia e ureia da Petrobras intensifica as assimetrias de competição com o produto importado, e enfraquece mais a indústria nacional de fertilizantes, a qual já registra queda de participação no mercado brasileiro a cada ano.

São Paulo, 27 de abril de 2018

Eduardo de Souza Monteiro
Presidente

Sinprifert

FÓRUM POLÍTICO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nova Iorque, 16 a 18 de julho, 2018

A reunião do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável em 2018, convocada sob os auspícios do Conselho Econômico e Social, será realizada de segunda-feira, 9 de julho, até quarta-feira, 18 de julho de 2018; incluindo a reunião ministerial de três dias do fórum de segunda-feira, 16 de julho, até quarta-feira, 18 de julho de 2018.

O tema será "Transformação para sociedades sustentáveis e resilientes".

O conjunto de metas a serem analisadas em profundidade será o seguinte:

Meta 6 - Garantir disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos

Meta 7 - Garantir o acesso a energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos

Meta 11 - Tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Meta 12 - Garantir padrões sustentáveis de consumo e produção

Meta 15 - Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, manejar florestas de forma sustentável, combater a desertificação e deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Meta 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

Eventos paralelos patrocinados pelos Estados Membros, e outras partes interessadas credenciadas serão realizados à margem da Reunião de 2018 do Fórum.

O Conselho Mundial de Cloro (WCC), rede global de associações comerciais nacionais e regionais e suas empresas associadas que representam as indústrias de cloro e produtos clorados, estará presente.

A Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (ABICLOR), uma das entidades que apoiam o desenvolvimento do trabalho da FPQuímica, estará presente por intermédio do Conselho Mundial do Cloro. O interesse particular da ABICLOR é no atendimento à Meta 6 – garantia de disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento.

WORLD chlorine council abiclor

O QUE DIRIAM OS BOÊMIOS CÍVICOS SOBRE O BRASIL DE HOJE?

No Brasil, há anos existe grande falta de vontade política para estabelecer uma política industrial que agregue valor aos recursos naturais, que priorize os pontos fortes do país.

Marina Mattar

** Artigo publicado no Jornal do Brasil, no dia 30/4/2018*

Nos próximos dias o Congresso votará a Medida Provisória 811/17 sobre a comercialização da parcela da União do petróleo e gás natural do pré-sal. É a oportunidade que a nação tem de utilizar essa riqueza para atrair investimentos, gerar empregos e receitas para o país. É a valiosa chance que o governo tem para implementar uma política industrial capaz de promover uma onda de crescimento semelhante àquela da Coreia do Sul e da Índia, para acordar do nosso berço esplêndido no qual dormimos com o pesadelo de 12 milhões de desempregados.

Oito deputados federais de variados partidos e regiões se juntaram para apresentar emendas a essa MP, estabelecendo a realização de leilões específicos do petróleo e gás para fins de industrialização no Brasil e, consequentemente, geração de empregos e mais recursos (dos impostos) para o governo investir em educação, saúde e programas sociais. Vale lembrar que a Lei do Gás, de 2009, nunca foi regulamentada por falta de vontade política.

Apesar do grande esforço desses parlamentares, há uma grande resistência da Petrobras com relação a esses pleitos, sendo que o que está em discussão é apenas a parcela do petróleo e gás natural do pré-sal pertencente à União (e não à Petrobras). Se adotada a proposta, já aprovada na Comissão Mista da MP 811, poderá resultar em combustível mais barato para a população e matéria-prima mais barata para a indústria química.

Como lembraram esses parlamentares, o Brasil deixou de construir quatro refinarias e importa US$ 6,6 bilhões de combustível; tem um déficit de US$ 3,3 bilhões com a importação de fertilizantes, e a Petrobras cancelou o plano para construir três fábricas de fertilizantes nitrogenados (Fafens) e decidiu fechar outras duas na Bahia e Sergipe.

Aliás, nunca é demais lembrar que, há quatro semanas, em audiência na Câmara, a diretoria da Petrobras justificou o fechamento dessas Fafens exatamente pelo alto preço da matéria-prima, produzida por ela própria.

Inexplicável essa posição, pois ao defender leilões que resultarão apenas em exportações, como quer a Petrobras, significa entregar a riqueza brasileira aos grandes traders do petróleo, que se apropriam da riqueza de países desesperados por dinheiro, como parece acontecer, sem necessidade, no Brasil. Além do mais, esses traders, no médio e longo prazo, irão reduzindo suas ofertas e diminuindo, assim, o valor destinado ao fundo social. Quem viver verá!

Há aproximadamente 70 anos, um grupo de jovens da assessoria econômica de Getúlio Vargas, chamados boêmios cívicos, recebeu a missão de modernizar o país. Em um cenário de inflação alta e escassez de divisas desenvolveram um modelo que tinha como base o fomento à industrialização e defesa da indústria nacional. Até o suicídio de Vargas, com esforço concentrado e intenso trabalho nas madrugadas afora, o grupo de jovens idealizou importantes instituições e empresas públicas do Estado brasileiro moderno, como, por exemplo, a Petrobras e o BNDES.

Anos depois, quando ainda não tínhamos matéria-prima

abundante, construímos os três maiores polos petroquímicos do país, os quais atraíram novos investimentos e empregos em diferentes cadeias industriais. Hoje, além de indústria forte e mercado crescente, temos matéria-prima abundante. Apenas um país tem essas mesmas características: os Estados Unidos, que têm utilizado muito bem o seu petróleo e gás oriundo do "shale gas" para desenvolver a sua indústria, graças à legislação americana que obriga a industrialização dos recursos naturais dentro do país.

No Brasil, há anos existe grande falta de vontade política para estabelecer uma política industrial que agregue valor aos recursos naturais, que priorize os pontos fortes do país – assim como a França tem feito com a sua "Nova França Industrial", ou a Índia com sua espetacularmente bem sucedida Make in India –, que apoie a inovação e acompanhe as tendências mundiais.

Chegou a hora de decidirmos o rumo que queremos para o Brasil: queremos um país exportador de petróleo, uma futura Venezuela, ou um país com indústria forte, como a Noruega?
O Brasil está caminhando na direção contrária da tendência mundial de revalorização do papel da indústria. Em especial na área química, enquanto o mundo está atento à crescente tendência dos carros elétricos e consequente redução da demanda por combustíveis, e as grandes petroleiras investindo no desenvolvimento da cadeia petroquímica, o Brasil não está preocupado em utilizar o seu petróleo e gás para desenvolver sua indústria.

A BP se juntou a outras petroleiras, como Shell, prevendo um pico na demanda de petróleo no fim dos anos 2030 como consequência dos crescentes padrões de eficiência dos motores, assim como pelo crescente número de veículos elétricos e viagens compartilhadas.

Depois de 70 anos é inacreditável que ainda tenhamos que insistir que "O petróleo é nosso!", campanha que ganhou a imprensa e as ruas na época dos boêmios cívicos, e que hoje é tão bem implementada pelos americanos.

****Marina Mattar é diretora de Relações Institucionais da Abiquim e secretária executiva da FPQuímica.***

RECE - BRASIL PAGA MUITO CARO POR PRODUTOS QUÍMICOS IMPORTADOS COMO CONSEQUÊNCIA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

O déficit acumulado da balança comercial de produtos químicos atingiu US$ 5,6 bilhões no primeiro trimestre do ano. O valor representa um aumento de 12,5% em relação ao mesmo período de 2017. No primeiro trimestre de 2018, as importações de produtos químicos foram de US$ 9 bilhões, uma elevação de 9,1% em relação ao mesmo período de 2017. Já as exportações, de US$ 3,4 bilhões, apresentaram acréscimo de 3,9% na mesma comparação.

Apesar da recente queda das importações de intermediários para fertilizantes, respectivamente de 33,7% em quantidades e de 25,4% em valor, os intermediários para fertilizantes foram o principal item da pauta de importação de produtos químicos, com compras de US$ 1,2 bilhão e de 4,5 milhões de toneladas no primeiro trimestre. Os preços médios desses produtos subiram 12,5%, exatamente no momento em que foi anunciada a possibilidade de hibernação de duas fábricas de fertilizantes no País.

No primeiro trimestre do ano, o volume das importações de produtos químicos, foi de 8,5 milhões de toneladas, uma redução de 21,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Mas a redução no volume de produtos importados, puxada pela queda dos intermediários para fertilizantes, não altera a perspectiva de US$ 25 bilhões de déficit na balança comercial de produtos químicos, pois os preços médios dos importados são superiores em expressivos 40% na comparação com o mesmo período do ano passado. "A dependência por importações no segmento deixou o País vulnerável às flutuações do câmbio e dos preços. É preciso que o Governo proporcione condições para o produto nacional competir no próprio mercado interno e retome a participação do que hoje é importado sobre o consumo nacional", afirma o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo.

Segundo o executivo, no caso dos intermediários para fertilizantes o Brasil tem reservas de fósforo e de potássio, matérias-primas para a produção de fertilizantes fosfatados e potássicos, com elevado potencial para serem exploradas. "É inaceitável esse escorchante nível de dependência externa de insumos tão estratégicos como os fertilizantes, sobretudo em se considerando as reservas nacionais, para um país que se projeta como o principal garantidor da segurança alimentar mundial. Com a descoberta do pré-sal, a oferta de gás natural, o insumo básico para a produção de nitrogenados (amônia-ureia), tem que ser ampliada. Se o Brasil souber aproveitar o potencial de petróleo e gás do Pré-sal poderá se tornar um grande exportador de produtos químicos na próxima década. Para isso também são necessários investimentos em logística, além de formulação de políticas que solucionem impasses regulatórios, tecnológicos, tributários e ambientais", explica.

Nos últimos 12 meses (abril de 2017 a março de 2018), o déficit da balança comercial totaliza US$ 24,1 bilhões. As resinas termoplásticas, com vendas externas de US$ 517,5 milhões no primeiro trimestre, foram o grupo mais exportado, mas com uma redução de 15,5% em relação ao mesmo período de 2017. Em março, especificamente, as importações de produtos químicos chegaram a US$ 3 bilhões, um aumento de 2,8% em relação a fevereiro. As exportações, de US$ 1,2 bilhão, registraram elevação de 9,6% em igual comparação.

"Os resultados da balança comercial de produtos químicos no primeiro trimestre deste ano são preocupantes, pois, em praticamente todos os grupos de produtos acompanhados observam-se aumentos superiores a 15%, em média, no valor importado, produtos importados caros estão tomando o espaço que poderia ser ocupado pelo produto nacional nesse momento de recuperação econômica", destaca a diretora a diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Naranjo.

***Fonte:** Abiquim/ Relatório de estatísticas de Comércio Exterior – RECE.*

RAC - VENDAS INTERNAS CRESCEM, MAS PRODUÇÃO DE QUÍMICOS INDUSTRIAIS CAI NO PRIMEIRO BIMESTRE

A produção de produtos químicos de uso industrial, segundo dados preliminares da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim, teve um recuo de 2,29% em janeiro de 2018 sobre o mês anterior, queda atribuída a algumas paradas programadas para manutenção. Em relação ao índice de vendas internas, janeiro teve um aumento de 13,91%, sobre dezembro, além de ter ficado 8,38% acima de igual mês do ano passado, mantendo o ritmo do final do ano passado.

O consumo aparente nacional (CAN), que mede a produção nacional mais a importação e menos a exportação, dos produtos químicos de uso industrial teve recuo de 14,5% em janeiro deste ano, justificado pela queda do volume importado de intermediários para fertilizantes, que encerrou 2017 com elevados estoques na cadeia. Nos últimos 12 meses, encerrados em janeiro de 2018, sobre igual período imediatamente anterior, a produção subiu 1,28%, as vendas internas cresceram 0,03% e o CAN subiu 2,5%.

Segundo a diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, as perspectivas econômicas melhoraram consideravelmente e estão refletidas no recuo da inflação, na queda da taxa de juros, na volta da recuperação da atividade econômica e nos resultados positivos para o PIB total do Brasil e também para o industrial, que podem auxiliar a indústria na melhora da atividade do setor, pois importantes segmentos clientes da química, como construção civil, especialmente para o mercado de reforma e pavimentação, óleo e gás, linha branca e automobilística, apresentam sinais de recuperação desde meados do ano passado.

No entanto, a diretora da Abiquim alerta que o volume de produtos importados subiu 21,1% em 2017, suprindo 38% da demanda nacional por químicos do País, novo recorde histórico. "No período de 1990 a 2017, a taxa anual de crescimento do CAN foi de 3,2%, enquanto a produção nacional subiu 2,0% ao ano e as vendas externas cresceram 2,7% ao ano, as importações cresceram 9,8% ao ano, quase três vezes mais do que o aumento do CAN", alerta.

Segundo Fátima, além de perder espaço para os importados, gerando empregos e riqueza fora do País, o segmento também não tem conseguido elevar suas exportações, o que é mais uma prova da falta de competitividade. "O crescimento das importações, que representavam no início dos anos 90, cerca de 7% de toda a demanda por produtos químicos no mercado nacional, gerou um impacto explosivo no resultado da balança comercial de produtos químicos que passou de um déficit de US$ 1,5 bilhão no início dos anos 90 para US$ 23,5 bilhões em 2017", afirma.

O crescimento das importações também afeta a ocupação da capacidade instalada. A taxa média de ocupação de todo o ano passado foi de 79%, um ponto abaixo da verificada em 2016. A ociosidade, de quase 20% desde 2008, preocupa especialmente pela característica da operação em processo contínuo. As plantas químicas deveriam operar entre 87-90% da capacidade, nível mais dentro do padrão do segmento.

Segundo o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, é fundamental o País aproveitar as oportunidades de crescimento da economia e de um cenário mundial de mais calmaria para agregar valor à riqueza de recursos naturais, ocupando as capacidades instaladas, atraindo investimentos e melhorando a pauta brasileira de exportações, elevando a inserção da indústria nacional no mercado externo. A indústria química tem um papel essencial nesse objetivo. No entanto é preciso adotar uma política industrial como inúmeros países fizeram ou ainda fazem programas especiais ou políticas específicas para atrair investimentos e ocupar as capacidades ociosas existentes, especialmente porque sabem a importância da química para o desenvolvimento econômico.

**Fonte: Abiquim/ Relatório de Acompanhamento Conjuntural – RAC.*

COMISSÃO EXECUTIVA - 2017/2018

Dep. **João Paulo Papa** (PSDB/SP)
Presidente

Dep. **Afonso Motta** (PDT/RS)
Vice-presidente na Câmara

Sen. **Eduardo Braga** (PMDB/AM)
Vice-presidente no Senado

Coordenadores Temáticos

Dep. **Alex Manente** (PPS/SP)
Plástico e Borracha

Dep. **Irajá Abreu** (PSD/TO)
Fertilizantes

Dep. **Orlando Silva** (PCdoB/SP)
Saúde e Segurança do Trabalho

Dep. **Baleia Rossi** (PMDB/SP)

Dep. **Izalci Lucas** (PSDB/DF)
Inovação e Tecnologia

Dep. **Otavio Leite** (PSDB/RJ)
Petroquímicos

Dep. **Bruna Furlan** (PSDB/SP)
Químicos para Cosméticos

Dep. **Jaime Martins** (PSD/MG)

Dep. **Paulão** (PT/AL)
Cloro

Dep. **Darcísio Perondi** (PMDB/RS)

Dep. **Jerônimo Goergen** (PP/RS)
Químicos para o Agronegócio

Dep. **Paulo Abi-Ackel** (PSDB/MG)

Dep**. Davidson Magalhães** (PCdoB/BA) - *Gás*

Dep. **José Carlos Aleluia** (DEM/BA) – *Energia*

Dep. **Pedro Vilela** (PSDB/AL)
Energia Renovável

Dep. **Eduardo Cury** (PSDB/SP)
Químicos para Construção

Dep. **José Ricardo Tripoli** (PSDB/SP) - *Meio Ambiente*

Dep. **Renato Molling** (PP/RS)
Químicos para Couro

Dep. **Esperidião Amin** (PP/SC)

Dep. **Milton Monti** (PR/SP)
Infraestrutura e Logística

Dep. **Vinicius Carvalho** (PRB/SP)
Química verde

Dep. **Evair de Melo** (PV/ES)
Água

232 parlamentares compõem a FPQuímica

Outras funções estão disponíveis e abertas à adesão

Presidentes de Honra

Dep. **Paulo Pimenta** (PT/RS)
Presidente da FPQuímica (2015-2016)

Vanderlei Siraque (PT/SP)
Presidente da FPQuímica (2012/2014)

Coordenadores de Honra

Bruno Covas (PSDB/SP)
Sustentabilidade (2015/2016)
Atual Vice-prefeito de São Paulo/SP

Moema Gramacho (PT/BA)
Saúde e Seguraça do Trabalho (2015/2016)
Atual Prefeita de Lauro de Freitas/BA

Nelson Marchezan Jr. (PSDB/RS)
Biotecnologia Industrial (2015/2016)
Atual Prefeito de Porto Alegre/RS

Representantes do Poder Executivo

Secretário **Igor Calvet**
MDIC

Secretário **Márcio Félix**
MME

Secretária Executiva

Marina Mattar
Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Abiquim

EXPEDIENTE
Edição: Marina Mattar **- Organização e diagramação:** Lidiane Soares - **Jornalista responsável:** Camila Matos - MTB: 46828/SP
Telefones: (11) 2148-4744 | (61) 98501-4416 **| www.fpquimica.org.br | Email:** fpquimica@fpquimica.org.br